

# Pensando a Microespacialidade: algumas reflexões acerca do urbano cacauero e o mundo atlântico no bojo da história do tempo presente

*Cezar Teixeira Honorato*

Universidade Federal Fluminense

Niterói - Rio de Janeiro - Brasil

cezarhonorato@id.uff.br

---

**Resumo:** O objetivo principal deste artigo/ensaio é de problematizar a utilização de conceitos da micro-história, especialmente o de microespacialidade no campo da História do Tempo Presente, para buscar a aproximação da realidade urbana do binômio Ilhéus/Itabuna em termos econômico-sociais com a realidade do Mundo Atlântico.

**Palavras-Chave:** Microespacialidade. História do Tempo Presente. Região Cacaueira e Mundo Atlântico.

---

## Introdução

O objetivo deste artigo refletir acerca da possibilidade da utilização dos paradigmas da chamada micro-história e suas variantes - especialmente a microespacialidade - na análise de uma realidade concreta, que neste caso é a *aglomeração urbana* de Ilhéus e Itabuna, articulado ao conceito de cis-atlanticidade na tentativa de inferirmos acerca do Mundo Atlântico, com ênfase nas cidades portuárias.

O eixo escolhido - a questão urbana - é um dos elementos que nos permite aproximar algumas realidades aparentemente díspares, mas que o próprio processo de desenvolvimento em várias partes do mundo, especialmente na América Latina, África e Ásia, no bojo da expansão colonialista/imperialista tem gerado um desenvolvimento desigual e integrado, o qual vem se ampliando ao longo das últimas décadas e impactado a forma de viver de suas populações.

Partindo da questão urbana, portanto, este pequeno ensaio visa estimular o debate acadêmico tendo como referência os avanços tanto da chamada História do Tempo Presente, quanto da História Pública, ao propor uma interface entre produção do conhecimento e divulgação científica, utilizando como fontes os dados estatísticos nacionais e internacionais disponíveis em várias instituições de referência, especialmente

as produzidas pelo sistema da Organização das Nações Unidas e do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia do Brasil.

### **A Realidade Urbana no Século XXI**

Começamos por atentarmos para a questão mundial da urbanização: de 56% em 2021 para 68% em 2050. Isso se traduz em um aumento de 2,2 bilhões de residentes urbanos, vivendo principalmente na África e na Ásia, de acordo com a Organização das Nações Unidas (UN-HABITAT, 2022, [s.p.]).

Se considerarmos por continente, temos no continente africano em 2015 491.531.000, em 2025 698.140.000 e a previsão para 2035, 966.330.000 com uma taxa de crescimento de 3,19%, sendo 50,9% residentes em cidades (UN-HABITAT, 2022, [s.p.]).

Tais dados nos permitem apontar que a concentração urbana é uma tendência internacional percebida em vários continentes, países e regiões, inclusive no Brasil, conforme podemos perceber: em 2015, 176.654.000, a previsão para 2025 é de 194.452.000 e em 2035, 206.743.000, com uma taxa de 0,53% e tendo 90,2% morando em cidades (UN-HABITAT, 2022, [s.p.]).

### **O Urbano: entre a Micro-história, a Macro-História, a Microespacialidade e a Cislantlanticidade**

Uma pergunta talvez apareça: qual a relação entre as cidades de Ilhéus e Itabuna com as cidades africanas litorâneas? Em primeiro lugar, trata-se de cidades portuárias e de seus entornos, que se transformaram de forma similar ao longo do tempo.

Podemos começar lembrando que, desde há muito, a relação entre Ilhéus e Itabuna se consolidou – embora nem sempre isenta de conflitos – especialmente no período áureo da produção cacaueteira, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, mantendo-se até os dias atuais (Pontes, 2018).

Embora Ilhéus e Itabuna estejam muito próximas e mantenham profundas articulações entre si, cada uma delas tem histórias distintas e, mesmo no interior de cada uma delas, temos realidades bastante díspares. Dependendo do nosso foco – seja micro, macro ou espacial – a nossa análise precisará considerar o fenômeno contemporâneo da urbanização periférica.

O impacto da “Segunda Revolução Industrial” com a transformação não só das embarcações (navios a vapor, aumento da tonelagem etc.), das rotas mundializadas e do impacto sobre os antigos portos e cidades portuárias – a chamada revolução portuária – modificou a dinâmica territorial, econômica e social de várias regiões.

Por outro lado – e talvez mais importante – tal revolução é parte importante da expansão capitalista desde a segunda metade do século XIX também conhecida como Imperialismo, sendo uma de suas marcas a criação de territórios para a produção específica de *commodities*.

Contemporaneamente, o capitalismo, através da globalização, tornou nítido o equívoco da antiga ideia de que a *divisão internacional do trabalho* traria o desenvolvimento dessas regiões, pois as desigualdades sociais, em todos os níveis, foram aprofundadas. Neste sentido, a utilização de um olhar baseado na micro-história nos permite refletir sobre questões gerais de outras regiões, operando um certo “jogo de escalas”.

Ao considerarmos os clássicos da perspectiva da chamada micro-história, como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg (2016), o fato de o foco poder ser um fenômeno único ou circunstanciado, não elimina o fato de ser parte de fenômenos mais globais. De outra forma: no micro temos o macro, e no macro, inúmeros micros que o compõem.

No dizer do próprio LEVI,

Se queremos entender a micro-história, podemos dizer que ela parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais para respostas ‘locais’, ou seja, que não mira generalizar respostas, mas que, por meio de um caso, um lugar, um documento, um acontecimento, lidos a partir do aumento da escala, busca identificar perguntas que possuam valor geral e que, entretanto, permitam um amplo leque de respostas. (Levi, 2016, p.20).

E continua:

Que ao redor de cada fato histórico, de cada situação, haja um mundo inteiro é evidente, ao menos que não se reduza a micro-história a uma história local, isolada do contexto (Levi, 2016, p.27).

Giovanni Favero, historiador econômico que se dedica também a micro-história, propõe a questão de que a o fundamental é de se abstrair das questões particulares considerações teóricas – ou pelo menos gerais – tendo-se sem pre a consciência de que cada história tem suas particularidades (Favero, 2020, p.43).

Nesse sentido, somos acordes com DE VITO quando propõe o conceito de microespacialidade é claro:

(...) Cada lugar não é uma mônada isolada nem simplesmente um espaço neutro que serve como pano de fundo de fenômenos que acontecem num abstrato’ além’, mas é um laboratório da realidade histórica no cruzamento de múltiplas

conexões' (De Vito, 2020, p. 104).

Na mesma linha, o autor é enfático:

A perspectiva microespacial conceitua processos históricos como resultado de múltiplas práticas sociais ao longo do tempo e através de locais singulares, mas conectados. Consequentemente, ele oferece alternativas aos binários usuais 'o micro' e o 'macro' – local /global e agência/estrutura – invocados por historiadores globais, ao mesmo tempo que procura superar a análise de curto e longo prazo (De Vito, 2020, p. 105).

Me parece interessante articularmos a proposta de DE VITO a de ARMITAGE:

A história "cis-atlântica" estuda lugares particulares como localidades singulares dentro de um mundo Atlântico e busca definir essa singularidade como o resultado da interação entre particularidades locais e uma rede mais ampla de conexões (e comparações). (...)A história cis-atlântica, nesse nível local, pode ser mais frutífera quando aplicada a lugares mais claramente transformados por suas ligações atlânticas: cidades e vilas portuárias (Armitage, 2014, p. 212).

Existe uma outra grande questão presente em nossa reflexão: a consideração do território como parte intrínseca da construção e do desenvolvimento urbano. Muitas das vezes, o território é visto apenas como um detalhe ou um palco onde ocorrem os fenômenos, desconsiderando que a cidade é fruto das relações sociais em um território determinado.

É preciso ter clareza que as cidades, mais do que um ajuntamento de pessoas num território compacto e contíguo - traços minimamente comuns de qualquer cidade -, devem ser compreendidas a partir da relação que os indivíduos e as classes constroem especificamente com os demais, ao longo do tempo neste território. Isso se torna ainda mais evidente quando consideramos o urbano como um fenômeno contemporâneo de transformação pelas quais passaram as cidades (Honorato, 2013).

Neste sentido, o território ocupado é ao mesmo tempo produto e produtor de um conjunto de novas demandas atinentes à lógica capitalista, na qual: a) se transforma em mercadoria; b) visa facilitar a circulação mais rápida e segura das mercadorias, inclusive da mercadoria trabalho; e c) gera um eterno conflito entre as formas de apropriação públicas e privadas. Neste sentido, busca materializar estas formas de apropriação e, neste caso, subverte as relações do viver, do pensar e agir preexistentes para que a nova lógica seja dominante. Trata-se de um processo, na maioria das vezes tenso e gerador de alguns dos movimentos sociais urbanos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A este respeito ver, dentre outros, Harvey, David (2006). *A Produção Capitalista do Espaço*, 2. ed., São Paulo: Annablume/HUCITEC e Lefebvre, Henri (1999). *A Cidade do Capital*, Rio de Janeiro: DP&A.

Não se trata de um processo pacífico. Assim como o processo de trabalho sob a nova ordem, o surgimento da cidade capitalista foi um processo de conflitos, adaptações e subsunção de relações sociais daquelas do tipo antigo. Também com relação à apropriação do território urbano, temos processos de superação de formas pretéritas de ocupação territorial, através da subsunção destas através do conflito, da acomodação ou da adaptação, além da convivência do novo com o antigo (Honorato, 2013, p. 20).

Numa realidade como essa, os conflitos entre o capital – e suas frações de classe –, o Poder Público e os interesses dos cidadãos geram tensões acerca de como administrar o espaço. Por exemplo, a construção de um condomínio por uma construtora, pode implicar em conflitos ambientais ou de propriedade/uso tradicional do mesmo território ou de sua proximidade.

Faço minhas as palavras de Lucas Honorato:

Nesse sentido [acerca do urbano], toma-se o espaço socialmente produzido como a estória da relação de como os sujeitos, ao produzirem sua existência, se fazem espaço, se relacionam como território, se significam como lugar, mas, fundamentalmente, se expressam como paisagem (...) nesta inter-relação da *produção do espaço* com o território e a paisagem (Honorato, 2019, p.19).

Tal tensão constante nos permite afirmar que uma cidade está sempre em construção, nunca está pronta e no nosso caso brasileiro, vale a poética de Caetano Veloso ao retratar São Paulo: *a força da grana que constrói e destrói coisas belas...*

## **Ilhéus, Itabuna e o Mundo Atlântico no contexto da microespacialidade**

Começemos por lembrar que, o que normalmente estamos acostumados a chamar de “Mundo Atlântico”, tem implícita a ideia de que existe uma relação histórico-geográfica entre regiões bastante distintas. Em primeiro lugar, para a maioria de nós, pesquisadores brasileiros, ao utilizarmos tal expressão, estamos pensando no Atlântico Sul e, mais especificamente, na relação entre África e Brasil.

Nenhum problema para tal fato, exceto pela questão de darmos maior precisão à expressão, senão não poderá, creio, servir como um conceito, pois, ao agregar muitas realidades distintas, corre o risco de se esvaziar em termos analíticos.

Contudo, ao considerarmos a relação África-Brasil como central ao pensarmos o Atlântico, acabamos por ocultar outros problemas. O primeiro, e mais importante: não existe uma “África” única e homogênea. Existe um continente chamado África que reúne inúmeros países, cada qual com realidades históricas, econômicas, sociais, políticas e geográficas muito distintas. Logo, é preciso ter muito cuidado com generalizações!

No nosso caso, pensamos as inúmeras cidades africanas, especialmente as litorâneas, como aquelas que foram impactadas pela expansão imperialista-colonialista e que passaram pela transformação de seus pequenos portos em portos capitalistas. Como tal, suas realidades urbanas foram redefinidas – a exemplo do que aconteceu em Dakar, entre o final do século XIX e início do século XX, sob a dominação, principalmente dos franceses, como bem apontou o historiador Daniel Castilho Hidalgo (Hidalgo, 2016)<sup>2</sup>. A grande maioria das cidades portuárias africanas – tendo como um de seus exemplos Dakar – foram transformadas para a exportação de produtos primários (*commodities*), tal como ocorreu também na região cacaueteira da Bahia

No caso baiano, especificamente nas cidades de Ilhéus e Itabuna, o cacau assumiu papel central na reestruturação urbana e econômica. Essas duas cidades, foco de nossa reflexão, segundo o IBGE, constituem atualmente uma Aglomeração Urbana — não apenas em razão de sua história compartilhada, uma vez que Itabuna foi desmembrada de Ilhéus e conquistou autonomia apenas em 1906, mas também por manterem, nos dias atuais, uma intensa articulação social, econômica, cultural e política, ainda que preservem características próprias e distintas.

A utilização da perspectiva da *microanálise espacial* nos ajuda a perceber que, embora o nosso foco seja a aglomeração urbana Ilhéus-Itabuna, que apresenta especificidades, tanto internas quanto regionais, podemos identificar suas conexões com outras espacialidades, como outras regiões brasileiras e africanas. Isso ocorre porque um processo mais global desencadeado, por um lado, pela expansão colonial e imperialista e, por outro, pelo modelo de desenvolvimento urbano do próprio capitalismo, nos permite perceber similitudes sem perder as especificidades de cada espaço definido.

A produção cacaueteira, que ganhou força e gerou riquezas desde o final do século XIX, foi fundamental na constituição econômica, social, política e cultural da região. Fundamentalmente ancorada como uma commodity, sempre ficou dependente, por um lado, do mercado mundial e, por outro, das próprias condições naturais e fragilidades referentes a pragas e doenças, como no caso da “vassoura de bruxa”.

Embora possamos perceber uma retomada da produção e, nos tempos atuais de beneficiamento, o fato é que a capacidade de gerar renda local e de absorção da força de

---

<sup>2</sup> Acerca das transformações dos portos africanos, ver Olukoju, Ayodeji and Castillo Hidalgo, Daniel (org.,) - **African Seaports and Maritime Economics** in Historical Perspective. London, Palgrave Studies in Maritime Economics. 2020.

trabalho, caiu vertiginosamente, fenômeno análogo ao de outras regiões do globo que foram especializadas como produtoras de produtos primários.

Neste sentido, comecemos por observar os dados do último censo (2022): o Estado da Bahia tem 14.141.626 habitantes. Se considerarmos somente Ilhéus e Itabuna, o primeiro município concentra 178.649, com 112,46 habitantes por quilometro quadrado e o segundo, 186.708, com 465,57 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2022, [s/p]).

**Figura 1: Cidades baianas mais populosas**

Cidades baianas mais populosas		
Cidade	População	Varição entre 2010 e 2022 (%)
Salvador	2.418.005 habitantes	-257.651 habitantes (-9,6%)
Feira de Santana	616.279 habitantes	+ 59.637 habitantes (10,7%)
Vitória da Conquista	370.868 habitantes	+ 64.002 habitantes (20,9%)
Camaçari	299.579 habitantes	+ 56.609 habitantes (23,3%)
Juazeiro	235.816 habitantes	+ 37.851 habitantes (19,1%)
Lauro de Freitas	203.334 habitantes	+ 39.885 habitantes (24,4%)
Itabuna	186.708 habitantes	-17.959 habitantes (-8,8%)
Ilhéus	178.703 habitantes	-5.533 habitantes (-3%)
Porto Seguro	167.955 habitantes	+ 41.026 habitantes (32,3%)
Barreiras	159.743 habitantes	+ 22.316 habitantes (16,2%)

Fonte: IBGE – Censo 2022

Fonte: **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Cidades e População. 2022. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 out. 2024.

Ao observarmos os dados da tabela comparando 2010 e 2022, podemos perceber que as duas cidades que estamos aqui considerando, Ilhéus e Itabuna, perderam população: 5.533 (3%) e 17.959 (8,8%), respectivamente, ao longo de mais de duas décadas. Esse fenômeno atinge praticamente todo o estado da Bahia, provavelmente devido à falta de oportunidades de emprego, renda, moradia, entre outros fatores.

Se levarmos em consideração o índice de pobreza, os dados são surpreendentes: Itabuna 42,83%, Ilhéus 47,34%. Contudo, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$ 19.618,70 em Itabuna e R\$ 32.756,00 em Ilhéus.

Observando o número de pessoas ocupadas em 2022, Itabuna contabiliza 52.327 trabalhadores, enquanto Ilhéus possui 36.013. Desses, o número de assalariados formais é de 52.327 em Itabuna e 28.596 em Ilhéus, representando aproximadamente 28,02% e 16% da população, respectivamente.

Um indicador fundamental para entendermos a realidade social da região é a participação da força de trabalho na ocupação formal, ou seja, trabalhadores com carteira

assinada e direitos sociais. Nos dados do censo de 2022, encontramos 21,60% em Itabuna e 21,95% em Ilhéus, de um total de 46.261 trabalhadores em Itabuna e 34.607 em Ilhéus ocupando vagas de trabalho formais. Tendo como referência Ilhéus em termos do trabalho formal, considerando o RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), teríamos o setor público absorvendo 28.465 empregados, comércio varejista 28.283 e as atividades de agricultura e pecuária, 8.013 (RAIS, 2023)<sup>3</sup>.

Retomando a questão acerca da urbanização brasileira recente, é digno de nota a questão das desigualdades sociais, com o país figurando no ranking mundial como o décimo mais desigual do mundo; sendo que 72% dos mais pobres vivem em áreas de risco, ou seja, 8.270.000 pessoas.

Embora não tenhamos dados muito precisos acerca do déficit habitacional na Bahia e, especificamente, em Itabuna e Ilhéus, é evidente para quem conhece minimamente a região a existência de habitações precárias nos bairros populares. No caso de Itabuna, em recente Dissertação de Mestrado, Natallie Oliveira (2022) nos apresenta dados impressionantes acerca da ocupação urbana e formação dos bairros populares.

Tomando como referência a cidade de Itabuna, Natallie Oliveira aponta para a crise social no município, que poderia generalizar poderia ser generalizada para toda a região cacaueteira, com destaque para a cidade de Ilhéus:

A falta de políticas públicas que acolhessem os trabalhadores que chegavam e aqueles que já estavam na cidade favoreceu o surgimento de bairros suburbanos, precarizados que na falta de suporte público, uniu os esforços dos próprios moradores para tornar possível de morar (Oliveira, 2022, p.28).

Em termos do mercado trabalho, torna-se fundamental atentarmos para o número de crianças e adolescentes trabalhando no Brasil: encontramos em 2023 um total de 586 mil jovens, sendo 65,2% negros/negras. O Nordeste apresenta o terceiro maior percentual, mesmo com o fato da ampliação de políticas sociais públicas que gerou uma diminuição entre 2016 e 2023. Mas, se compararmos os dados de 2022 (765.000) com 2023, temos uma queda nos dados de 765.000 (2022) para 586.000 (2023). Porém, embora tenha havido uma redução no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, o problema persiste, especialmente em áreas urbanas, onde muitos jovens trabalham em atividades informais. Merece ressalva o fato de que a maior parcela de jovens trabalhando esteja na área rural.

---

<sup>3</sup> RAIS – Relação Anual de Informações Sociais 2023. mtps.gov.br.

Situação semelhante é observada em muitas cidades africanas, onde a habitação precária é um fenômeno grave, caracterizado pela falta de acesso a moradias dignas, saneamento básico, energia elétrica, entre outros serviços essenciais. Não por acaso, na virada dos anos 1980 para 1990, a ONU intensificou as suas ações através do ONU-HABITAT no sentido de minorar tal realidade em todo o mundo, inclusive e principalmente, na África Subsaariana e Central. Além dessa atuação, organizações sociais como o Médico Sem Fronteiras – prêmio Nobel da Paz - e mesmo fundações privadas como a Melina e Bill Gates, têm se dedicado a tentar mitigar tal realidade. Afinal, os estudos da própria Nações Unidas apontam um déficit habitacional de 6.500.000 de moradias (UN-HABITAT, 2022, [s.p.]).

Ao analisarmos os indicadores internacionais acerca da qualidade de vida das populações, temos que observar a questão das migrações internacionais e inter-regionais. Não temos dúvida de que o que ocorre hoje, em termos mundiais, somente se compara com o ocorrido no período da colonização e domínio desses territórios, tanto na América quanto na África (séculos XVI- XIX) - com a ressalva de que era uma migração direcionada de escravizados para as Américas - e, como se deu entre a segunda metade do século XIX e inícios do século XX, em que a expansão capitalista em vários países como Itália, Irlanda, Japão, Índia e China provocou deslocamentos humanos de forma expressiva, especialmente para as Américas.

Atualmente, as migrações ocorrem de várias regiões como as africanas, asiáticas e mesmo europeias para todas as partes do mundo. Merece destaque neste particular, a imigração de antigas colônias europeias na África para a Europa, principalmente para os países da Comunidade Europeia.

Vamos aos dados: em 2020, havia 281.000.000 de migrantes no mundo. Desses, 35.400.000 eram refugiados em razão de guerras, extrema pobreza e ausência de perspectivas de futuro. Outros 117.000.000 estavam deslocados por diferentes tipos de migração, impulsionados pelas mais diversas razões (OIM/ONU, 2024).

A pesquisadora Cibele Barbosa (2018), em importante artigo, chama atenção para a diferença entre os deslocamentos espontâneos e aqueles motivados por guerras, desastres naturais, violência a minorias étnicas, religiosas etc. No caso brasileiro, entre 2000 e 2017, imigraram para o país, 1.157.043 pessoas, das quais 52.728 eram africanas (Observatório das Migrações, [s/d]). Ressalte-se que não estamos considerando, aqui, as migrações internas no território brasileiro. Ainda assim, podemos afirmar que se

trata, em grande parte, de jovens em busca de melhor qualidade de vida, especialmente de oportunidades de trabalho.

Para refletirmos sobre a questão da pobreza no mundo, a melhor fonte de informação são os relatórios da ONU, que consideram um conjunto abrangente de indicadores, tais como: nutrição, mortalidade infantil, anos de escolaridade, condições sanitárias das moradias, acesso à eletricidade, qualidade das habitações, entre outros dados relevantes.

Se considerarmos a questão da fome extrema - ou o risco da fome - em termos mundiais, os dados apontam que cerca de 733 milhões de pessoas no mundo estavam em situação de fome em 2023, número praticamente igual ao de 2022, que registrou 735 milhões (Brasil, 2022).

Segundo o mesmo relatório, a fome continua crescendo na África e manteve-se relativamente estável na Ásia, com avanços registrados na América Latina. A África segue como a região com a maior proporção de sua população enfrentando a fome (20,4%, contra 8,1% na Ásia, 6,2% na América Latina e Caribe e 7,3% na Oceania). No entanto, a Ásia concentra mais da metade das pessoas que enfrentam a fome no mundo.

Já em relação à fome extrema e ao risco de fome no Brasil, os dados de 2017 e 2018 apontaram, respectivamente, 11,6% e 23,5% da população em insegurança alimentar. Entre os afetados, estavam 17,4 milhões de pretos, pardos e indígenas, e 7,4 milhões de brancos. Na Bahia, o problema também é alarmante: 922.037 domicílios (22%) convivem com a fome, fazendo do estado o segundo com maior número absoluto de domicílios nessa condição, atrás apenas de São Paulo (Ribeiro Júnior, 2021).

Precisamos lembrar que no Brasil a fome tem cor: negra. Reconhecemos que a superação do problema é um desafio complexo e multifacetado, mas acreditamos firmemente que nenhum país deve permitir que seus cidadãos enfrentem a falta de alimentos básicos e a insegurança alimentar. Não podemos desanimar, pois são muitas as possibilidades de solução. As organizações sociais estão em ação. Agora é hora de o Estado encarar de verdade o enfrentamento ao problema com recursos, políticas públicas e ações práticas: tanto para superar a fome que maltrata a população, quanto o racismo e machismo que coloca especialmente mulheres negras nessa situação (ActionAid, 2023, [s.p.]).

Completa Ana Paula Brandão, diretora Programática da ActionAid no Brasil: “A fome é uma violação dos direitos humanos e é inaceitável que, em pleno século XXI, ainda existam nações onde isso persista e se agrave” (ActionAid, 2023, [s.p.]).

Segundo a ONU-HABITAT, considerando a população urbana mundial, encontramos 1,6 bilhão de pessoas vivendo em habitações inadequadas, 75 milhões em

situação de extrema pobreza, 3,6 bilhões em condição de vulnerabilidade extrema e cerca de 100 milhões que tiveram de abandonar suas residências devido a tragédias climáticas. Esses números revelam a dimensão da crise global resultante da forma de apropriação dos territórios e do aumento da exploração da força de trabalho no contexto do capitalismo globalizado contemporâneo (UN-HABITAT, 2022).

Uma das questões que mais contribuem para a queda da qualidade de vida e o aumento da pobreza, tanto em escala global quanto local, é a destruição ambiental e, conseqüentemente, o aquecimento global. É urgente destacar que não se trata de um fenômeno recente em diversas regiões do mundo, tampouco no Brasil.

As alterações nos biomas, observadas desde o período colonial — e agravadas pelos processos acelerados de industrialização e urbanização nos séculos XX e XXI — já indicavam um desequilíbrio ambiental com fortes impactos sobre populações inteiras. Vejamos, por exemplo, o que ocorre atualmente em Maceió: a exploração de minas de sal-gema pela empresa Braskem está provocando o afundamento de bairros inteiros, como Mutange. Ou ainda, o avanço descontrolado da construção civil em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, responsável por enchentes recorrentes há décadas.

Fenômenos semelhantes também podem ser observados em outros contextos, como na exploração de diamantes em Serra Leoa ou na extração de petróleo e minérios em Angola, evidenciando como os impactos socioambientais do modelo de desenvolvimento capitalista afetam de forma sistemática tanto o meio ambiente quanto as populações mais vulneráveis.

Entretanto, a questão do aquecimento global tornou-se um grande problema, amplamente abordado pelas mídias e em reuniões multilaterais da ONU, por exemplo. No cenário atual, até mesmo as economias centrais, como Estados Unidos, Japão, China e a própria Comunidade Europeia, vêm sofrendo com grandes incêndios, tempestades mais violentas e períodos prolongados de seca.

O aquecimento global tem impactado cidades em todo o mundo, especialmente as litorâneas, devido ao aumento do nível do mar e à frequência crescente de tsunamis em diversas regiões, com especial gravidade nas ilhas do Pacífico e em cidades costeiras africanas.

Impactos semelhantes podem ser observados no aumento das secas e enchentes, fenômenos que também afetam diversas cidades brasileiras. Não por acaso, uma parcela de historiadores vem se dedicando ao estudo da chamada História Ambiental, buscando

compreender os processos de destruição do meio ambiente em diferentes regiões ao longo do tempo<sup>4</sup>.

Contudo, é fundamental reconhecer que tais fenômenos não afetam a todos de forma igual. Na realidade, devido às precárias condições de vida — como habitação inadequada, insegurança alimentar e falta de acesso a serviços básicos —, as camadas mais pobres da população são muito mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas do que os grupos mais abastados.

Ao analisarmos a relação entre o urbano e a cidadania, é preciso considerar o fato de que, em praticamente todas as cidades brasileiras — e em muitas africanas —, há a presença e ocupação de grupos criminosos em amplas parcelas do território urbano:

Desde os primórdios da Democracia Representativa no Brasil a cidadania plena e qualitativa foi negada a parte da população. Em vários momentos, até mesmo o direito de votar e de ser votado, como na recente Ditadura, foi negado. Mas, nas últimas décadas, houve agravamento desta situação devido ao controle territorial de espaços de pobreza por grupos criminosos. O grande capital e o Poder Público investem maciçamente nas áreas da cidade de grande valor comercial, como uma nova fronteira de efetivação de capital em tempos de sua financeirização. Complementarmente, neste processo de exclusão social e das contradições urbanas presentes na urbanização recente do capitalismo brasileiro, os “*territórios periféricos*” funcionam como uma forma de ampliação e materialização do “*capital de origem criminoso*” (Honorato; Oliveira Jr., 2024, p. 141).

De acordo com os dados da UN-HABITAT acerca do índice de mortalidade por causas externas, especialmente homicídios, encontramos, nos últimos 10 anos a absurda quantidade de 153 pessoas assassinadas por dia nos últimos 10 anos, sendo mais de 50% de jovens entre 15 e 19 anos (UN-HABITAT, 2024). Da mesma forma que a fome tem cor, os homicídios no Brasil, também tem!

No caso da violência urbana e da exclusão territorial-social, Oliveira analisa este processo na cidade de Itabuna, tendo como fonte primordial o jornal *Agora* entre 1986 e 1991. Infelizmente, ainda não dispomos de estudos semelhantes sobre o município de Ilhéus.

O rápido crescimento [de Itabuna] aconteceu de forma desorganizada. Esses novos bairros surgiam sem as condições mínimas de infraestrutura para os seus moradores. Ausência de água encanada, asfalto, escolas, energia, eram problemas presentes nos bairros que surgiram a partir das fazendas. Os moradores desses lugares que conviviam diretamente com a violência social que a falta de políticas públicas acarreta, também eram os mais atingidos pela violência urbana e policial (Oliveira, 2022, p.11-12).

---

<sup>4</sup> Dentre outros, MARQUES; ROCHA, 2022.

Os excluídos sócio-espacialmente constroem a percepção – economia moral no sentido thompsoniano – de que adquirem vários direitos a partir de suas *experiências*. Conforme apontamos em outro trabalho:

Os grupos dominados têm percepção do “*direito à vida*” e não incluem apenas direitos à alimentação, mas auxílio à saúde, educação, funerais dignos etc., mas também, do que se considera decência, como a possibilidade de receber parentes decentemente, cumprir atividades religiosas, deixar seus filhos seguros nas escolas, organizar festas, casamentos etc. Tudo isso compõe uma concepção de “*subsistência*” mais ampliada (Honorato; Oliveira Jr., 2024, p.144).

O aumento dos movimentos sociais — em alguns casos com um perfil beligerante — pode ser observado recentemente em países como a Nigéria ou mesmo o Quênia. Ainda que de forma diferenciada, basta acompanhar as mídias para perceber o volume e a constância de diversos tipos de movimentos sociais que reivindicam direitos, inclusive o de maior segurança, especialmente — e não por coincidência — por parte das populações precarizadas e em condição de subcidadania.

### Considerações finais

Tendo claro que o papel do historiador não é de fazer previsões - inclusive sobre o próprio desenvolvimento de nossa disciplina e quais os caminhos que ela tomará - podemos ponderar algumas questões que, acredito, podem nos orientar acerca dos estudos urbanos, inclusive considerando a questão atlântica.

Se tivermos como referência teórica a proposta de Armitage acerca de uma história *cisatlântica* e combinarmos com a da De Vito de uma mirada *microespacial*, podemos perceber a importância de olharmos para as cidades de Ilhéus e Itabuna como elemento fundamental para pensarmos sua relação com o mundo atlântico — tanto em termos de passado, pois existem vários elementos em comum entre essas regiões, quanto em termos de tempo presente —, visto que o processo de construção urbana capitalista periférica muito se assemelha, tanto na escala micro quanto na escala macro.

Num mundo globalizado, podemos perceber que certos fenômenos se reproduzem em várias partes do globo de formas distintas e com maior ou menor intensidade. Assim, neste contexto globalizado, questões como o aumento da miséria, a ausência de condições mínimas de habitação, a violência, a precarização e a subcidadania podem ser observadas tanto na região sul baiana, especificamente nas cidades de Itabuna e Ilhéus quanto em outras regiões do mundo, especialmente em cidades e regiões do mundo atlântico.

Se tais problemas nos afligem há décadas e mesmo séculos, temos a tendência de pensar apenas como um caso específico, localizado. Não é a proposta que estamos abraçando, daí a utilização de indicadores tanto internacionais, como regionais, tendo como similitude – segundo o conceito de microterritorial - cidades portuárias que, especialmente a partir da segunda metade do século XIX foram transformadas para a produção de *commodities* que deixaram, e deixam ainda, as suas profundas marcas.

---

#### THINKING MICROSPATIALITY: SOME REFLECTIONS ON THE COCOA URBAN AREA AND THE ATLANTIC WORLD IN THE CONTEXT OF CONTEMPORARY HISTORY

**Abstract:** The main objective of this article/essay is to explore the use of microhistory concepts, particularly microspaciality, within the field of Contemporary History to connect the urban reality of the Ilhéus/Itabuna binomial in socio-economic terms with the reality of the Atlantic World.

**Keywords:** Microspatiality. Contemporary History. Cocoa Region and Atlantic World.

---

---

#### PENSANDO LA MICROESPACIALIDAD: ALGUNAS REFLEXIONES SOBRE EL URBANO CACAOTERO Y EL MUNDO ATLÁNTICO EN EL CONTEXTO DE LA HISTORIA DEL TIEMPO PRESENTE

**Resumen:** El objetivo principal de este artículo/ensayo es problematizar el uso de conceptos de la microhistoria, en particular el de microespacialidad, en el campo de la Historia del Tiempo Presente, para buscar la aproximación de la realidad urbana del binomio Ilhéus/Itabuna en términos socioeconómicos con la realidad del Mundo Atlántico.

**Palabras Clave:** Microespacialidad. Historia del Tiempo Presente. Región Cacaotera y Mundo Atlántico.

---

#### Referências

ACTIONAID. **Mapa da Fome: ActionAid lamenta gravidade de dados divulgados pela ONU.** Disponível em: [https://actionaid.org.br/na\\_midia/mapa-da-fome-actionaid-lamenta-gravidade-de-dados-divulgados-pela-onu/](https://actionaid.org.br/na_midia/mapa-da-fome-actionaid-lamenta-gravidade-de-dados-divulgados-pela-onu/). Acesso em: 21 out. 2024.

ARMITAGE, David. **Três conceitos de história atlântica.** História Unisinos, v. 18, n. 2, p. 206-217, maio/ago. 2014.

BARBOSA, Cibele. **Africanos no Brasil: das diásporas às migrações contemporâneas.** Revista Eletrônica Coletiva, n. 5, 26 nov. 2018.

BRASIL. **Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023.** Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2023. Disponível em: <http://www.mtpps.gov.br>. Acesso em: 21 de out. 2024.

CASTILHO HIDALGO. **Puerto de Dakar, puerta de África Occidental: Una historia económica de Senegal (1857-1957)**. La Orotava: VeredaLibros, 2016.

DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In KARSBURG, Alexandre & VENDRAME, Maira (org.). **Micro-História. Um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020: 101-120.

FAVERO, Giovanni. Método da história e ciências sociais: para uma micro-história aplicada. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

HONORATO, Cezar. **Anotações acerca da questão urbana contemporânea**. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Política, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1. jan./abr. 2013.

HONORATO, Cezar; OLIVEIRA JR., Alcidésio. O direito às ruas: sobre a (re)ação direta violenta das classes populares na cidade do Rio de Janeiro no século XX e XXI. In: AZEVEDO, André et al. (org.). **Uma cidade em foco: novas contribuições sobre ideias, espaços e diversidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

HONORATO, Lucas. **Interseções entre Paisagens, Loucura e Espaço Manicomial**. In: Revista ANPEGE, v. 15, N26, jan./mar-2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e População**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 out. 2024.

LEVI, Giovanni. **Microhistoria e história global**. História Crítica, n. 69, p. 21-35, 2018.

MARQUES, Leonardo; ROCHA, Gabriel de Avilez. A história ambiental do capitalismo no mundo colonial, séc. XV ao XIX. **TEMPO (NITERÓI. ONLINE)**, v. 28, p. 145-159, 2022.

**OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (NEPO/UNICAMP)**. Baseado no SINCRE/MJ. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 12 out. 2024.

OLIVEIRA, Natallie dos Santos Pestana. **Imprensa e estereótipos: violência, polícia e a população negra e periférica de Itabuna (1986-1991)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2022.

**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)**. Disponível em: <http://www.oimhabitat.org>. Acesso em: 12 out. 2024.

PONTES, Katia Vinhático. **O Binômio Porto-Ferrovia: O Escoamento da Produção Cacaueira no Sul da Bahia**. Niterói, PPGH-UFF, Tese de Doutorado. 2018.

RIBEIRO JUNIOR, et al. **Atlas das Situações Alimentares do Brasil**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

UN-HABITAT. Envisioning the future of cities in: **Relatório das Cidades do Mundo 2022**. Disponível em: <https://www.wcr.un.desabitar.org>. Acesso em 12/10/2024.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. Annual Report 2022. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/06/unhabitat\\_annualreport\\_2022.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/06/unhabitat_annualreport_2022.pdf). Acesso em: 21 de out. 2024.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Cezar Teixeira Honorato** é doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP); docente da Universidade Federal Fluminense (UFF).

---

Recebido em 16/01/2025

Aceito em 29/05/2025